



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 94

SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	6341
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	6357
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	6358
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	6398
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	6474
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	6475
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Conselho Federal.....	6476
EDITAIS E AVISOS.....	6477

Supremo Tribunal Federal

Presidência

ÍNDICE DE ADVOGADOS

ERASMO VALLADAO AZEVEDO E NOVAES FRANCA	1 0004528-1/240
FRANCISCO FERNANDES DE MELO	1 0000357-4/190
ICARO BRAILE FRANCA	2 0001216-0/030
MARCO ANTONIO MUNDIM	2 0001216-0/030
MERCEDES ROCHA FERREIRA	1 0021324-8/160
ODAIR PACHECO NOBRE	1 0004519-2/240
VICENTE DE MENDONÇA JUNIOR	1 0000510-3/600
YVAN SENRA PESSANHA	2 0021266-7/160

RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
REOTE : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV. : VICENTE DE MENDONÇA JUNIOR
REODO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	2			2
MIN. MOREIRA ALVES		1		1
MIN. OCTAVIO GALLOTTI			1	1
MIN. CELIO BORJA		1		1
MIN. SEPULVEDA PERTENCE		1		1
TOTAL	2	3	1	6

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCADEADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....SONIA MARTA DE CARVALHO BARROS, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

DISTRIBUIÇÃO

QUINQUAGESIMA AUDIENCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 56, RISTF).
AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDENCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

MS 0021324-8/160 DF
RELATOR : MIN. CELIO BORJA
IMPTE : EZILDA BENTÁ DE MOURA
ADV. : MERCEDES ROCHA FERREIRA
IMPDO : PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RFL 0070357-4/190 DF
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
REOTE : ESTADO DO ACRE
ADV. : FRANCISCO FERNANDES DE MELO E OUTRO
RCLDO : RELATOR DO MS 213-91 DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ACRE

SF 0004519-2/240 DF
REOTE : HEINRICH KARL KAMPMANN
REOTE : ENATDE FRANCISCA DOS SANTOS KAMPMANN
ADV. : ODAIR PACHECO NOBRE
REODO : OS MESMOS
REGISTRADO

SF 0004528-1/240 DF
REOTE : CARLOS ALBERTO MORSELLI
REOTE : LYDIA RUSSO BERNARDINI
ADV. : ERASMO VALLADAO AZEVEDO E NOVAES FRANCA E OUTROS
REODO : OS MESMOS
REGISTRADO

ADIN 0000508-1/600 DF
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REOTE : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA
REODO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
REDISTRIBUIDO

ADIN 0000510-3/600 DF

Pauta de Julgamentos

PAUTA N. 19 - ELABORADA NOS TERMOS DO ART. 83 DO REGIMENTO INTERNO PARA JULGAMENTO A PARTIR DA PROXIMA SESSAO CONTENDO OS SEGUINTE PROCESSOS:

AP 0001216-0/030 ES
RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES
AUTOR : LUIZ CARLOS HOOPER ROMEIRO
ADV. : MARCO ANTONIO MUNDIM E OUTROS
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV. : ICARO BRAILE FRANCA E OUTROS

MS 0021266-7/160 DF
RELATOR : MIN. CELIO BORJA
IMPTE : ROCKFELLER FELISBERTO DE LIMA
ADV. : YVAN SENRA PESSANHA
IMPDO : MESA DO SENADO FEDERAL
LIT.PASS. : HYDECKEL DE FREITAS
ADV. : LUIZ CARLOS BETTIOL E OUTROS

Primeira Turma

ATA DA 14a. (DÉCIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1991

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presen-
tes à sessão os Senhores Ministros Octavio Gallotti, Sepúlveda
Pertence e Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio
Machado da Silva.

Secretário, Ricardo Dias Duarte.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos sen-
do lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

MS 21.098-2 - PA
Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Impte.: Associação
dos Magistrados do Estado do Pará (Adva.: Judith de Souza Al-
ves). Impdo.: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pa-
rá.

Decisão: Quanto à preliminar de competência da Turma
para julgar o mandado de segurança deu-se ela competente por
unanimidade. Ao julgar o mandado de segurança o eminente Relator
e o Ministro Octavio Gallotti dele conheciam e o indeferiam,
com ressalvas das vias ordinárias, enquanto que os Ministros Mo-
reira Alves, Presidente, e Celso de Mello dela não conheciam.
Convocar-se-á Ministro da Segunda Turma para a conclusão do jul-
gamento. 1a. Turma, 14-05-91.

HC 68.501-3 - DF
Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Impte.: Ulisses Aze-
vedo Soares. Coator.: Tribunal de Justiça do Estado de São Pau-
lo. Pacte.: Ulisses Azevedo Soares.

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de habeas corpus.
Unânime. 1a. Turma, 14-05-91.

HC 68.534-0 - SP
Rel.: Ministro Moreira Alves. Pacte.: Agnaldo Abílio
Alves de Souza. Impte.: O mesmo. Coator.: Juiz de Direito da
Comarca de Fernandópolis.

Decisão: A Turma não conheceu do habeas corpus e de-
terminou a remessa dos autos ao Tribunal de Alçada Criminal do
Estado de São Paulo. Unânime. 1a. Turma, 14-05-91.

HC 68.548-0 - DF
Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Impte.: Flavio Jorge
Martins. Coator.: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Pacte.: Vera Lucia Bavaresco.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional.
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 226-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral em exercício

NELSON JORGE MONAIAR
Chefe de Divisão de Jornais Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias. Ma-
térias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão
ser feitas por escrito à Divisão de Jornais Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que
podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.686,00	Cr\$ 441,00	Cr\$ 1.653,00	Cr\$ 1.359,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

Decisão: A Turma não conheceu do pedido de habeas cor-
pus. Unânime. 1a. Turma, 14-05-91.

HC 68.557-9 - SP
Rel.: Ministro Moreira Alves. Pacte.: Daniel Bales-
tra. Impte.: O mesmo. Coator.: Tribunal de Alçada Criminal do
Estado de São Paulo.

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de habeas cor-
pus. Unânime. 1a. Turma, 14-05-91.

HC 68.588-9 - DF
Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Impte.: Carlos Alber-
to Amaral. Coator.: Juiz de Direito da Comarca de Guanhães.
Pacte.: Carlos Alberto Amaral.

Decisão: A Turma não conheceu do pedido de habeas cor-
pus e determinou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais. Unânime. 1a. Turma, 14-05-91.

RE 116.983-4 - (AgRg) - MG
Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Agte.: Antônio Be-
nigno Luiz Brandão (Advs.: Raimundo Cândido Jr. e outro). Agdo.:
Ministério Público Estadual.

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimem-
tal. Unânime. 1a. Turma, 14-05-91.

Brasília, 14 de maio de 1991.

RICARDO DIAS DUARTE
Secretário

Segunda Turma

ATA DA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1991

Presidência do Senhor Ministro Néri da Silveira.

Presentes à sessão os Senhores Ministros Célso Borja,
Carlos Velloso, Paulo Brossard e Marco Aurélio.

Subprocurador-Geral da República, o Dr. Cláudio Lemos,
Fonteles.

Secretário, José Wilson Aragão.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo
lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

Petição 337-3 (EDcl) - GO
Rel.: Ministro Marco Aurélio. Embte.: Fernando Cunha Jú-
nior (Advs.: Marco Antonio Mundim e outro). Embdo.: Rubens Ferrei-
ra da Costa.

Decisão: A Turma recebeu os embargos para declarar não
prejudicada a Medida Cautelar e determinar a remessa dos autos ao
Superior Tribunal de Justiça. Vencido, em parte, o Sr. Ministro Re-
lator que recebia os embargos em menor extensão. 2a. Turma, 14.05.
91.

HC 67.864-5 - MA
Rel.: Ministro Néri da Silveira. Impte.: Joaquim Geraldo
Banhos Cutrim (Adv.: Doroteu Soares Ribeiro). Coator: Tribunal de
Justiça do Estado do Maranhão.

Decisão: A Turma, por unanimidade, indeferiu o habeas
corpus. 2a. Turma, 14.05.91.

HC 68.270-7 - DF
Rel.: Ministro Néri da Silveira. Impte.: Osorio Dias.
Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Pacte.: Irineu
Correa Dias.

Decisão: A Turma, por unanimidade, não conheceu do ha-
beas corpus e determinou a devolução dos autos ao colendo Superior
Tribunal de Justiça, competente para julgar o pedido. 2a. Turma, 14.
05.91.

HC 68.409-2 - DF
Rel.: Ministro Carlos Velloso. Impte.: Benito Ferolla.
Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Pacte.:
Vagner Alcantelado.

Decisão: Após o voto do Ministro Relator indeferindo o
habeas corpus, pediu vista o Sr. Ministro Marco Aurélio os demais
aguardam. 2a. Turma, 23.04.91.

Decisão: A Turma, por unanimidade, indeferiu o habeas
corpus. 2a. Turma, 14.05.91.

HC 68.556-1 - DF
Rel.: Ministro Carlos Velloso. Pacte.: Alceu Daud de
Mello. Impte.: Paulo Nimer. Coator: Tribunal de Justiça do Estado
de São Paulo.

RR-10766/90.2 (Ac. 3ª T-0703/91) 2ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Advogado: Dr. Jorge Radi

Recorrido: ADALBERTO CORREIA DE ANDRADE

Advogado: Dr. Ennio Pizzolato

Decisão: Unanimemente, não conhecer da revista.

Ementa: "GATILHO SALARIAL" - EMPREGADO DE PREFEITURA - REGIME CELESTISTA. Arestos que não cumprem a exigência do Enunciado nº 33 do TST, não ensejam o conhecimento da revista. Violação legal e constitucional não configuradas. Óbice do Enunciado nº 221/TST. Revista não conhecida.

RR-13403/90.7 (Ac. 3ª T-0712/91) 1ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: CESAR LEAL DO NASCIMENTO

Advogada: Dra. Teresa Rodrigues da R. Silva

Recorrida: CASAS SENDAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A

Advogada: Dra. Elizabeth Costeira

Decisão: Unanimemente, não conhecer da revista.

Ementa: PRESCRIÇÃO - ARTIGOS 5º, INCISO LXXVII E 7º, INCISO XXIX, LETRA "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. O prazo quinquenal de prescrição, embora aplicável imediatamente, não retroage para não atingir o ato jurídico perfeito, nem a coisa julgada. Revista não conhecida.

Relator: Ministro JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS

AI-9864/89.3 - (Ac. 3ª T-1092/91) 6ª Região

Relator: Ministro José Luiz Vasconcellos

Agravante: MAURÍCIO JOSÉ REGIS SOARES

Advogado: Dr. Duval R. da Silva

Agravado: BANCO BRADESCO S/A

Advogado: Dr. Oduvaldo Laet de Vasconcelos

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

Ementa: Revista não se viabilizava, por estar a decisão regional em consonância com o Enunciado nº 197 do Tribunal Superior do Trabalho. Agravo não provido.

RR-4909/89.2 - (Ac. 3ª T-1115/91) - 2ª Região

Relator: Ministro José Luiz Vasconcellos

Recorrente: BAYER DO BRASIL S/A

Advogado: Dr. Luiz A. F. de Moraes

Recorrido: MIGUEL REINALDO RODRIGUES

Advogado: Dr. Sérgio V. Silos

Decisão: Unanimemente, conhecer da revista por conflito como o Enunciado nº 294, quanto à prescrição e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar improcedente a reclamatória, restando prejudicado o pedido de diferenças de FGTS, frente aos termos do Enunciado nº 206. A Turma deferiu juntada do instrumento procuratório, requerida da Tribuna pelo douto Patrono do Recorrente, no prazo legal.

Ementa: DIFERENÇAS SALARIAIS. PRESCRIÇÃO. Considerando-se que as diferenças salariais surgem da variação do cálculo da remuneração do Reclamante, não obstante consagrada a redução salarial dada a alteração na forma do cálculo, impossível não cogitar-se da aplicabilidade do Enunciado nº 294 do TST, pois em se tratando de demanda que envolve pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, que não esteja, também, assegurada por preceito de lei, a prescrição é total. Revista conhecida e provida.

RR-5343/89.8 - (Ac. 3ª T-1120/91) - 2ª Região

Relator: Ministro José Luiz Vasconcellos

Recorrente: BANCO BRADESCO S/A

Advogada: Drª Silvana Cantalupo

Recorrido: APARECIDO DO NASCIMENTO

Advogado: Dr. Vivaldo T. Camara

Decisão: Unanimemente, rejeitar a preliminar de nulidade; conhecer da revista, por conflito com o Enunciado nº 294, apenas quanto ao tema das diferenças salariais e, no mérito, dar-lhe provimento para, excluir da condenação as diferenças resultantes do reajuste a menor dos salários em setembro de 1983, considerando aplicável a hipótese o Enunciado nº 294 desta Corte.

Ementa: Reajuste salarial - prescrição. Tratando o pedido de parcela de diferenças salariais, advindas de reajuste concedido em norma coletiva, a prescrição é total, posto que não assegurado o direito em disposição legal. Incidência do Enunciado nº 294 do Tribunal Superior do Trabalho. Revista conhecida e provida.

RR-5488/89.5 - (Ac. 3ª T-1121/91) - 2ª Região

Relator: Ministro José Luiz Vasconcellos

Recorrente: EDUARDO BRITO DE ARAUJO

Advogado: Dr. Valter Uzzo

Recorrido: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

Advogado: Dr. Humberto Braga de Souza

Decisão: Unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença de 1º grau.

Ementa: GERENTE - AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO - CHEFE DE SEÇÃO. Não restando determinada, no exercício de cargo, a representação do empregador e a gerência dos negócios na forma de investidura de mandato legal, impossível o enquadramento de empregado, que exerça a chefia de seção, na regra do art. 62, alínea "b", da CLT. Revista conhecida e provida.

Relator: Ministro MANOEL MENDES DE FREITAS

AI-8698/89.4 - (Ac. 3ª T.-0451/91) - 1ª Região

Relator: Ministro Manoel Mendes de Freitas

Agravante: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Advogado: Dr. Armando Carlos Paz e Silva

Agravado: JOSÉ GERALDO BARBOSA CHAVES

Advogado: Dr. Heraldo Pereira Daer

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo

EMENTA: RESCISÃO CONTRATUAL - ADMISSÃO DO EMPREGADO POR EMPRESA DO GRUPO - O egrégio Tribunal Regional, examinando as circunstâncias espe-

ciais do caso, de acordo com as provas produzidas, concluiu tratar-se de contrato único. Agravo de instrumento desprovido com base nos Enunciados 126, 20 e 221/TST.

AI-3666/90.8 - (Ac. 3ª T.-0462/91) - 2ª Região

Relator: Ministro Manoel Mendes de Freitas

Agravante: FRANCISCO PAULO DA SILVA

Advogada: Dra. Dilma Maria Toledo Augusto

Agravada: COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMT

Advogado: Dr. José Alberto Couto Maciel

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA: Agravo de instrumento desprovido. Recurso de revista voltado para a revisão de provas e fatos, bem como para a interpretação de norma regulamentar interna. Enunciado 126/TST e artigo 896, "c", da CLT.

AI-3909/90.6 - (Ac. 3ª T.-0739/91) - 2ª Região

Relator: Ministro Manoel Mendes de Freitas

Agravantes: PAULO PEREIRA BISPO E OUTROS

Advogado: Dr. Sid H. Riedel de Figueiredo

Agravado: NESTLÉ INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA

Advogado:

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA: Agravo de instrumento desprovido. Recurso de revista ventilando matéria que esteve em cogitação na decisão do recurso ordinário.

AI-5603/90.1 - (Ac. 3ª T.-0743/91) - 4ª Região

Relator: Ministro Manoel Mendes de Freitas

Agravante: EDILAMAR TERESINHA LEANDRO AGUIAR

Advogado: Dr. Valdemar A. L. Silva

Agravado: SARTORI & COMPANHIA LTDA

Advogado:

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO - PREDOMINÂNCIA DOS ASPECTOS FÁTICOS - ENUNCIADO Nº 126/TST - Para o fim de reforma da decisão do recurso ordinário, a via do recurso de revista não enseja o revolvimento de matéria fática e das provas que formaram o convencimento do julgador de segundo grau a respeito. O quadro fático delineado na decisão de segundo grau é que servirá de base para efeito de conhecimento por violação de lei ou por divergência. Se, então, o recurso de revista visa ao revolvimento do quadro fático já delineado, tem incidência o Enunciado nº 126/TST. Agravo de instrumento desprovido.

AI-5717/90.9 - (Ac. 3ª T.-0744/91) - 8ª Região

Relator: Ministro Manoel Mendes de Freitas

Agravante: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A.

Advogado: Dr. Carlos B. Torres Potiguar

Agravado: JOSÉ LAÉRCIO LEAL DA SILVA

Advogado:

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA: LEI Nº 7.701/88 - DEPÓSITO PARA RECURSO - DESERÇÃO - Segundo a Lei nº 7.701/88, o depósito para recurso observará o valor de referência vigente à época da interposição. Não se pode cogitar, então, da demonstração de divergência jurisprudencial por via de aresto anterior à citada lei. Agravo de instrumento desprovido.

AI-7223/90.1 - (Ac. 3ª T.-0746/91) - 4ª Região

Relator: Ministro Manoel Mendes de Freitas

Agravante: COMPANHIA DOSUL DE ABASTECIMENTO

Advogada: Dra. Maria Lúcia Seffrin dos Santos

Agravado: CARLOS ALBERTO MENA

Advogado:

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA: Equiparação salarial. Agravo de instrumento desprovido por aplicação do Enunciado nº 126/TST.

PROC. nº TST-AI-1848/90.2. (Ac.3a.T.-0733/91) - 12a. Região

Relator: Ministro MANOEL MENDES DE FREITAS

Agravante: CARBONÍFERA PALERMO LTDA.

Advogado: Dr. Tito Lívio de Assis Góes

Agravados: JOÃO LUIZ PANDINI E OUTRO.

Advogado: Dr.

DECISÃO: Unanimemente, dar provimento ao agravo, a fim de mandar processar a revista, no efeito meramente devolutivo.

EMENTA: Agravo de instrumento provido. Razoável alegação de ocorrência de divergência jurisprudencial válida.

PROC. nº TST-AI-2648/90.9. (Ac.3a.T.-0820/91) - 4a. Região

Relator: Ministro MANOEL MENDES DE FREITAS

Agravante: BANCO DO BRASIL S/A

Advogado: Dr. Deusdedit Dias da Rocha.

Agravado: ULISSES VERRI

Advogado: Dr.

DECISÃO: Unanimemente, dar provimento ao agravo, a fim de mandar processar a revista, em ambos os efeitos.

EMENTA: BANCÁRIO - CARGO EM COMISSÃO - § 2º DO ART. 224 DA CLT - Revelado, na decisão do recurso ordinário, que o Reclamante ocupava cargo considerado em comissão, que recebia gratificação equivalente a dois terços do salário e que fiscalizava os subordinados, têm-se por configurados, de forma razoável, os pressupostos gerais exigidos para o enquadramento da hipótese na exceção prevista no § 2º do art. 224, da CLT, em consonância com os Enunciados 204 e 234/TST, merecendo ser provido o agravo de instrumento para exame da matéria com base, também, em divergência jurisprudencial citada no recurso de revista, na linha do entendimento fixado via dos dois mencionados Enunciados. Agravo de instrumento provido.

PROC. nº TST-AI-6894/89.1. (Ac.3a.T.-0280/91) - 4a. Região

Relator: Ministro MANOEL MENDES DE FREITAS

Agravante: BANCO BRADESCO S/A

Advogado: Dr. Jorge Luís Weissheimer

Agravado: LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA COELHO

Advogado: Dr. Renato Oliveira Gonçalves

DECISÃO: Unanimemente, dar provimento ao agravo, a fim de mandar processar a revista, em ambos os efeitos.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO DE REVISTA NA EXECUÇÃO - DECRETO-LEI Nº 2322/87 - APLICAÇÃO RETROATIVA - Relevante a arguição

de que a aplicação do Decreto-lei nº 2322/87, quanto aos juros de 1% em relação a período anterior à sua vigência, fere a disposição constitucional referente ao direito adquirido. Agravo de instrumento provido.

PROC. nº TST-AI-7397/90.8. (Ac.3a.T.-0510/91) - 2a. Região

Relator : Ministro MANOEL MENDES DE FREITAS

Agravante : ITAUDATA - ITAU INFORMÁTICA LTDA.

Advogado : Dr. Armando Cavalcante.

Agravado : ALBINO DA S. FERREIRA BOUCINHA SOBRINHO.

Advogado : Dr. RUY CÉZAR DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO : Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA : Agravo de instrumento a que se nega provimento. Revista in terposta em divergência com o Enunciado nº 239/TST.

PROC. nº TST-RR-11.504/90.6. (Ac.3a.T.-0708/91) - 15a. Região

Relator: Ministro MANOEL MENDES DE FREITAS

Recorrente: BANCO BRADESCO S/A.

Advogado : Dr. Frederico Borghi Neto.

Recorrido : JORGE EDUARDO DIAS.

Advogado : Dr. CARLOS AUGUSTO A. BERRIEL

DECISÃO : Unanimemente, conhecer da revista, por violação ao art. 17 da Lei 5584/70 e por conflito com o Enunciado 219 e, no mérito, via de consequência, dar-lhe provimento para, excluir da condenação a parcela de honorários advocatícios.

EMENTA : HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ART. 133 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - LEI Nº 5584/70 - ENUNCIADO Nº 219/TST - O contido no art. 133 da Constituição Federal não encerra nenhuma novidade, nenhuma inovação legal no tocante à participação do advogado na administração da Justiça. Idêntica disposição já era encontrada no art. 68 da antiga Lei nº 4215, de 27.04.63, e deste inciso nunca se extraiu serem devidos honorários advocatícios pela atuação de advogado em favor da parte vencedora. Ao contrário, sempre se entendeu haver necessidade de disposição expressa a respeito, como ressal do disposto no Código de Processo Civil vigente (art. 20) e no anterior (art. 64). No que tange à área da Justiça do Trabalho, há disposições específicas, razão não havendo para aplicação subsidiária do disposto no artigo 20 do CPC nem para que se conclua, do art. 133 da Constituição Federal, tenha havido inovação a propósito da matéria, no campo do processo trabalhista, que continua regido pela Lei nº 5584/70, interpretada pelo Enunciado nº 219/TST. Recurso de revista provido.

PROC. nº TST-RR-12.950/90.0. (Ac.3a.T.-0677/91) - 15a. Região

Redator designado: Ministro MANOEL MENDES DE FREITAS

Recorrente : BANCO BRADESCO S/A.

Advogado : Dr. Frederico Borghi Neto.

Recorrido : ISIDIO RAMPASIO.

Advogado : Dr. Nelson T. de Mendonça Júnior

DECISÃO : Por maioria, conhecer da revista, por divergência, apenas quanto a correção monetária, vencido o Sr. Ministro relator e, no mérito, unanimemente, dar-lhe provimento para, determinar que seja observada a aplicação do Decreto-lei nº 2322/87, a partir de 27/02/87, e no período anterior à Portaria Interministerial nº 117/86.

EMENTA : HORAS EXTRAS - Matéria não prequestionada no Regional torna-se preclusa, consoante Enunciado nº 297 do TST. Recurso não conhecido. CORREÇÃO MONETÁRIA - O DL-2322/87 aplica-se aos processos em curso a partir de sua vigência, devendo ser observado, no período anterior a 26 de fevereiro de 1987, o DL-0075/66. Recurso de revista conhecido e provido a respeito. INFRINGÊNCIA DE CLÁUSULA DE CONVENÇÃO COLETIVA, DIFERENÇAS DE ANUËNIOS E GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO - Revista desfundamentada, não preenchendo os requisitos do artigo 896 da CLT. Revista não conhecida.

PROC. nº TST-RR-13.421/90.9. (Ac.3a.T.-0713/91) - 9a. Região

Relator: Ministro MANOEL MENDES DE FREITAS

Recorrente: JOSÉ MARCOS PRATIS.

Advogado : Dr. Pedro Stefanichen

Recorrido : MONOLUX - CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.

Advogado : Dr. Joaquim Fernandes da Costa.

DECISÃO : Unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, negar-lhe provimento.

EMENTA : CIPA - REPRESENTANTE DO EMPREGADOR - PROTEÇÃO CONTRA DISPENSA (ART. 165 DA CLT) - Como o representante do empregador na "CIPA" está ligado, obviamente, aos interesses deste, não há razão jurídica para que seja protegido contra dispensa arbitrária, se quem tem o poder de dispensar é, justamente, o representado. Recurso de revista desprovido.

Relator: Ministro ROBERTO DELLA MANNA

AI-0692/89.4 (Ac.3ª-T-125/91) 4ª Região

Relator: Ministro ROBERTO DELLA MANNA

Agravante: EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S/A

Advogado: Dr. GEORGE ACHUTTI

Agravado: EDER GONÇALVES VIGNOL

Advogado: Dr. HUMBERTO ALVES GASSO

DECISÃO: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MATÉRIA FÁTICA - INTERPRETATIVA. Em havendo o Egrégio Regional empréstado razoável interpretação à Lei, diante de elementos fáticos constantes dos autos, o Recurso de Revista encontra óbice intransponível nos Enunciados nºs 126 e 221, impondo-se a manutenção do Despacho agravado. Agravo desprovido.

AI-1602/89.2 (Ac.3ª-T-0129/91) 15ª Região

Relator: Ministro ROBERTO DELLA MANNA

Agravante: FAZENDA PARAÍSO (YWAQ MIYAMOTO)

Advogado: Dr. GIORGIO PIERO LIGABO

Agravada: JANDIRA FAVA

DECISÃO: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL. ENUNCIADO Nº 126. RECURSO - CABIMENTO. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra "b", da CLT), para reexame de fatos e provas. Agravo a que se nega provimento.

AI-2496/89.7 (Ac.3ª-T-0134/91) 15ª Região

Relator: Ministro ROBERTO DELLA MANNA

Agravante: FIAÇÃO AMPARO S/A

Advogado: Dr. RICARDO GELLI DE CASTRO E SILVA

Agravado: AGENOR DE LIMA FILHO

DECISÃO: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA: NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. Não há ofensa ao art. 832/CLT, quando a prestação jurisdiccional é entregue de forma plena, embora contrária a pretensão do Agravante. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

AI-2959/89.2 (Ac.3ª-T-0140/91) 9ª Região

Relator: Ministro ROBERTO DELLA MANNA

Agravante: BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A - BRADESCO

Advogado: Dr. IVAN SECCOM P. FILHO

Agravado: LUIZ CARLOS GUERRA

Advogado: Dr. JOSÉ TORRES DAS NEVES

DECISÃO: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ENUNCIADOS Nºs 219 e 126 DA SÚMULA. "Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios, nunca superior a 15%, não decorre para e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovada a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou encontra-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família". (grifo meu). Agravo desprovido.

AI-3058/89.5 (Ac.3ª-T-0142/91) 1ª Região

Relator: Ministro ROBERTO DELLA MANNA

Agravante: KING'S MÓTEIS LTDA

Advogado: Dr. MÁRIO CESAR A. DE CARVALHO

Agravado: ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS

Advogado: Dr. ANTONIO CARLOS E. BORGES

DECISÃO: Unanimemente, dar provimento ao agravo, a fim de mandar

processar a revista, em ambos os efeitos.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. HIPÓTESE DE PROVIMENTO. Em se constatando que a Revista demonstrou a existência de violação frontal a dispositivo Constitucional, dá-se provimento ao Agravo de Instrumento, para determinar o processamento do recurso trancado.

Turma Especial

Relator: Ministro HÉLIO REGATO

RR-7702/90.6 - (Ac. TE-512/90.1) - 2ª Região

Relator: Ministro Hélio Regato

Recorrente: WILSON DA SILVA PAULA

Adv. Dr. Alino da Costa Monteiro

Recorrido: EQUIPAMENTOS VILLARES S/A

Adv. Dr. Ricardo Gelly de C. e Silva

DECISÃO: Por unanimidade, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento.

EMENTA: Estabilidade. Convenção Coletiva. Não pode o empregado se beneficiar do direito contido em cláusula de convenção coletiva que teve os seus efeitos suspensos por pronunciamento expresso do eg. TST. Revista conhecida, mas a que se nega provimento.

RR-6106/90.7 - (Ac. TE-511/90.1) - 2ª Região

Relator: Ministro Hélio Regato

Recorrente: MÁRCIA ANTONIA ALBERTINI

Adv. Dr. Mario Humberto Romana

Recorrido: OCTA EMPREENDIMENTOS, ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA.

Adv. Dra. Célia R. do Prado

DECISÃO: Por unanimidade, não conhecer do recurso.

EMENTA: Recurso de revista não conhecido com base no Enunciado nº 297.

RR-5783/89.1 - (Ac. TE-513/90.1) - 6ª Região

Relator: Ministro Hélio Regato

Recorrente: USINA SÃO JOSÉ S/A

Adv. Dr. Adirco Lourenço Teixeira

Recorrido: JOSÉ PEDRO DA SILVA

Adv. Dr. Eufrazio José dos Santos

DECISÃO: Por unanimidade, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento.

EMENTA: Indévida a concessão de salário-família ao trabalhador rural, ainda que preste serviço, no campo, à empresa agroindustrial (exegese do Enunciado nº 227). Recurso desprovido.

NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal Pleno

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATOS DE 15 DE MAIO DE 1991

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Telex nº 054-2ª AUD EX 1ª CJM, de 07 MAI 91, resolve

Nº 9.345 - DESIGNAR o Juiz-Auditor JOSÉ VÍCTOR MARQUES DOS SANTOS, da 3ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, para assumir, cumulativamente, o exercício pleno do cargo na 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, no período de 21.05.91 a 24.05.91, em virtude do afastamento da Juíza-Auditora Substituta e de estar vago o cargo de Juiz-Auditor.

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 14/GAB/JAUD, de 03 MAI 91, resolve

Nº 9.346 - EXONERAR, a pedido, a partir de 02 MAI 91, MARLENE POLENZ CANTANHEDE, Técnica Judiciária, classe Especial, referência NS. 25, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria, código STM-DAS-101.5, da 1ª Auditoria da 3ª CJM.

Nº 9.347 - NOMEAR, a partir de 02 MAI 91, a Técnica Judiciária, classe "B", referência NS. 16, MARTA TONIN VASCONCELLOS, para exercer, em vaga decorrente da exoneração de Marlene Polenz Cantanhede, o cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria da 1ª Auditoria da 3ª CJM, código STM-DAS-101.5, previsto na Lei nº 6.889, de 11 DEZ 80.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 18ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Aos dez dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, às quinze horas e quinze minutos, em Audiência pública realizada no Gabinete da Presidência, na presença de LUIZ MALTA COELHO, Diretor da Diretoria Judiciária, de ÂNGELO TABET, Supervisor da Seção de Processo Judiciário, de ERNESTO GUSTAVO SCHILD, Secretário-Geral da Presidência do STM, por S Exa o Gen Ex HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, foram distribuídos, por sorteio, os seguintes processos:

- APELAÇÃO

Nº 46.346-1-PA - Apelantes: JOÃO EDSON BEZERRA LIMA, CB FN, condenado a 01 ano, 07 meses e 15 dias de prisão, incurso, por desclassificação, nos arts 195 e 222; EMÍLIO DA SILVA BARBOSA JUNIOR e CARLOS AUGUSTO PA RAENSE DA CONCEIÇÃO, Sds FN, condenados a 09 meses de prisão, incursos por desclassificação, nos arts 195 e 222, tudo do CPM, sendo concedido aos dois últimos sentenciados o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM de 13.03.91. Advs Drs José Oponcio da O. Filho e outras. RELATOR: Min Dr Paulo César Cataldo. REVISOR: Min Ten Brig do Ar George Belham da Motta.

Nº 46.347-0-SP - Apelante: JOSÉ APARECIDO LOPES FREITAS, ex-39 Sgt Ex, condenado a 02 anos de reclusão, incurso no art 240, parágrafo 5º do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos. Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª CJM, de 26.03.91. Adv Dr Paulo Rui de Godoy. RELATOR: Min Dr Antonio Carlos de Seixas Telles. REVISOR: Min Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis.

Nº 46.348-8-PE - Apelante: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, junto a Auditoria da 7ª CJM. Apelada: A Sentença do Conselho Especial de Justiça da Auditoria da 7ª CJM, de 11.04.91, que absolveu o 2º Ten Temp Ex MAURO AUGUSTO DE SOUZA, do crime previsto no art 210, c/c art 33, inciso II, ambos do CPM. Adv Dr Dermeval Houly Lellis. RELATOR: Min Ten Brig do Ar Cherubim Rosa Filho. REVISOR: Min Dr Aldo da Silva Fagundes.

Nº 46.349-8-RJ - Apelante: JOSÉ DILTON OLIVEIRA FILHO, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art 187 do CPM. Apelada: A Sentença do Conselho de Justiça do 24º Batalhão de Infantaria Blindado de 27.02.91. Adv Dra Clarice do Nascimento Costa. RELATOR: Min Gen Ex Wilberto Luiz Lima. REVISOR: Min Aldo da Silva Fagundes.

Nº 46.350-0-RJ - Apelantes: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, junto a 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM e LUIS CLÁUDIO BARBOSA, Sd Ex, condenado a 01 ano e 04 meses de prisão, incurso no art 206 do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos. Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 21.02.91. Adv Dra Elztonora de C. Borges. RELATOR: Min Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis. REVISOR: Min Dr Antonio Carlos de Seixas Telles.

Nº 46.351-0-RJ - Apelante: ANDRÉ LUIS ALVES, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art 187 do CPM. Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 21.03.91. Adv Dra Clarice do Nascimento Costa. RELATOR: Min Ten Brig do Ar Jorge José de Carvalho. REVISOR: Min Dr Antonio Carlos de Nogueira.

Nº 46.352-8-RJ - Apelante: WESLEY FERREIRA CAETANO, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 189, inciso I, ambos do CPM. Apelada: A Sentença do Conselho de Justiça do 21º Grupo de Artilharia de Campanha, de 17.03.91. Adv Dra Mariza Pereira do Couto. RELATOR: Min Ten Brig do Ar Cherubim Rosa Filho. REVISOR: Min Dr Paulo César Cataldo.

Nº 46.353-6-RJ - Apelante: ANTONIO LINO DE ARAÚJO SANTOS, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art 187, c/c os arts 72, inciso I e 73, tudo do CPM. Apelada: A Sentença do Conselho de Justiça do Museu Histórico do Exército e Forte da Copacabana, de 27.03.91. Adv Dra

Teresa da Silva Moreira. RELATOR: Min Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis. REVISOR: Min Dr Antonio Carlos de Seixas Telles.

- CORREIÇÃO PARCIAL

Nº 1.394-9-PR - Requerente: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, junto a Auditoria da 5ª CJM. Requerida: A Decisão do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 24.04.91, que indeferiu o pedido de exame do corpo de delito direto na arma do crime, solicitado pelo requerente. RELATOR: Min Dr Antonio Carlos de Nogueira.

- EMBARGOS

Nº 46.033-4-SP - Embargante: HERMANO AUGUSTO LOBO, Cap Aer. Embargado: O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 05.03.91. Adv Dr Reinaldo Silva Coelho. RELATOR: Min Ten Brig do Ar Cherubim Rosa Filho. REVISOR: Min Dr Paulo César Cataldo.

- HABEAS CORPUS

Nº 32.738-0-RJ - Paciente: CLOVIS OSVALDO SCHONS, Cap Ten Mar, respondendo a processo perante a 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado juízo, pede a concessão da ordem para que seja determinado ao Ministério Público Militar que "explícite qual a norma complementar entendida como descumprida na hipótese pelo paciente, clara e objetivamente", e, ainda, que seja reaberto o prazo para a defesa produzir as provas no caso entendidas devidas, visto a nova capitulação da denúncia oferecida contra o paciente por ocasião das alegações finais. Impetrante: Dr Fábio Fracaroli Neves. RELATOR: Min Ate Esq Raphael de Azevedo Branco.

- REPRESENTAÇÃO

Nº 1.067-6-RJ - O Exmº Sr Dr ANTONIO RICARDO MESQUITA DA SILVA, Juiz-Auditor Substituto da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, representando ao Superior Tribunal Militar, com fulcro no art 104, parágrafo único do Regimento Interno, contra Ato normativo baixado pela Portaria nº 183/COJAER, de 12.02.80, do Exmº Sr Procurador-Geral da República, para que o mesmo ingresse junto ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, com uma ação direta de inconstitucionalidade, nos termos dos arts 102, inciso I, alínea "A" e 103, inciso VI, da Constituição Federal. RELATOR: Min Ten Brig do Ar Cherubim Rosa Filho.

Às quinze horas e trinta minutos, foi encerrada a audiência.

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 059

- EMBARGOS Nº 46.081-6 - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Adv Dr Américo José da Cruz.

- APELAÇÃO Nº 46.312-7 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Advºs Drºs Eleonora Salles de Campos Borges e Clarice do Nascimento Costa.

- CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO Nº 146-9 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Advºs Drs José Antonio da Costa Neto, Vitória R. da Costa Neto Palloiti, Ubiracyr Peralles, Marcia V. F. da Costa Neto, Marcio A. da Costa Neto e Nelson Luiz A. Senra.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 196, DE 15 DE MAIO DE 1991

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista, especialmente, o disposto no Decreto 2.386, de 18 de dezembro de 1987, resolve:

Designar a Doutora LAURITA HILÁRIO VAZ, Procuradora da República de 1ª Categoria, para, em caráter excepcional, exercer no período de 15 de maio a 30 de junho de 1991, funções de Subprocuradora-Geral da República, com a finalidade de emitir parecer nos processos remanescentes no gabinete do Doutor João Baptista Clayton Rossi, em vaga decorrente do afastamento do Doutor José Ribamar de Castro Viana, em gozo de licença especial.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

Conselho Superior

PROJETO DE RESOLUÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 16/91

EMENTA: Revoga a resolução nº 15/89 que dispõe sobre regulamentação dos procedimentos referentes às sindicâncias.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, de acordo com que consta do Processo nº 08190.000205-91/3 — MPDFT, e consoante o disposto no art. 5º LV da Constituição da República; Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, (art. 25, respectivo parágrafo único, 26 a 29 e 33) e a Lei nº 3.434, de 20 de julho de 1958 (artigos 97 a 100) e a Lei nº 7.567, de 19 de dezembro de 1986 (artigos 1º a 3 e 4; 5º, incisos I e VII; art. 6º; 11, inciso II, IX, X; 12 e 17, incisos III, IV, V, IX, X).

Considerando que após a edição da Resolução nº 15/89 veio a ser promulgada a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que regula, minuciosamente, o processo administrativo disciplinar, no seu título V, aplicável subsidiariamente, no que couber, às disposições legais que regem a matéria no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, bem como que a legislação citada, publicada após a promulgação da nova Constituinte Federal, procura dar efetividade aos princípios democráticos consagrados na Carta Magna, em particular o princípio do devido processo legal, com seus corolários: os princípios da ampla defesa substantiva e do contraditório efetivo.

Considerando, mais, que a citada Resolução nº 15/89 foi baixada, em caráter provisório, e ad referendum do Colégio Colégio de Procuradores, que até a presente data não apreciou a matéria, que ainda se encontra em pauta, para votação;

REVOLVE, em sessão ordinária do dia 26 de abril de 1991, (Presentes os Conselheiros Drs. JOSÉ LOURENÇO DE ARAÚJO MOURÃO - Presidente, EVERARDS MOTA E MATOS - Relator, PEDRO SOBRINHA PIRAJÁ e ELVAN DO NASCIMENTO LOUREIRO) baixar a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica revogada a Resolução nº 15, de 9 de novembro de 1989.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 1991.

JOSÉ LOURENÇO DE ARAÚJO MOURÃO
Presidente em exercício

Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Presidência

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 007/91. O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto promulgado pela Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, RESOLVE: Designar o Doutor JORGE JUNGSMANN para, na qualidade de Representante deste Conselho Federal, colaborar com os Conselhos Seccionais da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL no tocante às CAIXAS DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS, com o objetivo de, respeitada a competência das Seccionais, oportunizar canal de comunicação entre este Conselho Federal e as Caixas de Assistência. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Brasília, 14 de maio de 1991. MARCELLO LAVENERE MACHADO - Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 008/91. O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso de sua competência estatutária e regimental, tendo em vista o disposto no artigo da Resolução nº 205/85, RESOLVE: Designar o advogado RICARDO BRANDÃO como Coordenador Geral da Comissão de Direitos Humanos, criada pela Resolução nº 120/80. Dê-se ciência ao nomeado. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Brasília, 14 de maio de 1991. MARCELLO LAVENERE MACHADO - Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 009/91. O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, NO USO DE SUA COMPETÊNCIA E ESTATUTÁRIA REGIMENTAL, RESOLVE: Designar o advogado URBANO VITALINO DE MELO FILHO como Coordenador da Comissão de Assuntos Internacionais criada pela Resolução nº 03/89. Dê-se ciência ao nomeado. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Brasília, 14 de maio de 1991. MARCELLO LAVENERE MACHADO - Presidente.

Segunda Câmara

Aça da 2402 sessão Ordinária da 28 Reunião da SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, realizada em dezoito de março de hum mil novecentos e noventa e um, às quatorze horas, em sua sede própria no Setor de Autarquias Sul - Quadra 05 - Bloco "N" - Lote 02 - Brasília-DF. Aos dezoito do mês de março de hum mil novecentos e noventa e um, reuniu-se em Brasília, às quatorze horas a SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, sob a Presidência do Conselheiro MARCELLO LAVENERE MACHADO presentes os Conselheiros: Sérgio Ferraz (AC); Pedro Milton Brito (BA); Adriano Pinto (CE); Eli Alves Forte (GO); Gustavo Azevedo Branco (MG); Fran Costa Figueiredo (MA); Marcelo de Matos Berent (RS); José de Almeida Coelho (RR); Juvenal de Almeida Sena (RO); João Luiz Faria Netto (RJ); Evandro Lins e Silva (PI); Eduardo Carvalho Tess (SP); José Silvério Leite Fontes (SE); Antonio Hugen Nunes (SC); Raimundo Rosal Filho (TO). AUSÊNCIA JUSTIFICADA: Haroldo Guilherme Pinheiro da Silva (PA). O presidente MARCELLO LAVENERE MACHADO procedeu à verificação do quórum e, constatando a presença do número legal, de acordo com as assinaturas constantes do livro de presença, deu por abertos os trabalhos. Após, o Presidente anunciou a presença do Presidente FRANCISCO BRASIL MONTEIRO (OAB/PA) e dos Conselheiros PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU e NEWTON JOSÉ DE SISTI (OAB/PR). Submetida a ata da sessão anterior a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. ORDEM DO DIA quando foram julgados processos, com os resultados adiante especificados e as abstenções dos Conselheiros das seções recorrentes. 01. RECURSO Nº 973/SC/89 - Recorrente Yasuhiro Rakamune. Recorrida: Seção do Estado de São Paulo. Relator Conselheiro MAURO VIOTTO. Decisão: Em razão da prescrição, foi interposto "recurso Per Saltum", à unanimidade. 02 - RECURSO Nº 1073/SC/90 - Recorrente: José Antonio da Cunha. Recorrida: Seção do Estado do Rio Grande do Sul. Relator Conselheiro EDUARDO CARVALHO TESS. Decisão por unanimidade, conheceu do recurso e deu-lhe provimento para reformar a decisão recorrida. 03 - RECURSO 1096/SC/90, recorrente: João Moretti e Maria salete Rodrigues de Oliveira. Recorrida: Seção do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro ELI ALVES FORTE. Decisão: Pedido de vista pelo Conselheiro Evandro Lins e Silva. 04 - RECURSO Nº 1098/SC/90 - Recorrente: Luiz Martins. Recorrida Seção do estado de Santa Catarina. Relator: Conselheiro FRAN COSTA FIGUEIREDO. decisão por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. 05 - RECURSO Nº 1084/SC/90 - Recorrente: Sebastião Miguel Julião. Recorrida: Seção do Estado de Minas Gerais. Relator: Conselheiro ELI ALVES FORTE. Feito o relatório, versam sobre a matéria os Conselheiros: Sérgio Ferraz (AC); Evandro Lins e Silva (PI); Antonio Hugen Nunes (SC). Decisão: em razão da prescrição foi interposto "Recurso Per Saltum" Pelo Conselheiro SÉRGIO FERRAZ. 06 RECURSO Nº 1106/SC/91 - Recorrente: Renato Ferreira Lemmers. Recorrida: Seção do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro SÉRGIO FERRAZ. Decisão: por unanimidade, em conhecer do recurso e lhe dar provimento, na forma do voto do relator. 07 RECURSO Nº 1101/SC/91 - Recorrente: Tácito Ribeiro da Costa. Recorrida: Seção do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro ELI ALVES FORTE. Feito o relatório, sobre a matéria versaram os conselheiros: Sérgio Ferraz (AC); José Adriano Pinto (CE) e Evandro Lins e Silva (PI). decisão por unanimidade, em conhecer do recurso e, rejeitada a preliminar arguida, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão recorrida, nos termos do voto do relator. 08 - RECURSO Nº 1102 / SC/91 - Recorrente José Xavier Marques. Recorrida: Seção do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro ELI ALVES FORTE. Decisão: Unanimidade, em conhecer e lhe negar provimento, para manter a decisão recorrida, nos termos do voto do Relator. 09 RECURSO Nº 1103/SC/91 - Recorrente: Northon de Moraes Botelho. Recorrida: Seção do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro MAURO VIOTTO. Feito o relatório, sobre a matéria versaram os Conselheiros José de Almeida Coelho (RR) e José Adriano Pinto (CE). Decisão: por unanimidade, em conhecer do recurso e lhe negar provimento, nos termos do voto do relator. 10 - RECURSO Nº 1104/SC/91 - Recorrente: Albertino Martins de Oliveira. Recorrida Seção do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro SÉRGIO FERRAZ. Decisão: por unanimidade, em conhecer do recurso e lhe negar provimento, nos termos do voto do relator. 11 RECURSO Nº 1105/SC/91 - Recorrente: Claudino Romano. Recorrida: Seção do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro SÉRGIO FERRAZ. Decisão: por unanimidade, em conhecer do recurso e lhe negar provimento, nos termos do voto do relator. 12 - RECURSO Nº 1106/SC/91 Recorrente: Marino Reneu Dresch e Maria N. Faé. Recorrida: Seção do Estado do Paraná. Relator: Conselheiro EVANDRO LINS E SILVA. decisão: por unanimidade, não conhecer do recurso, sendo assim, devolver o processo ao Conselho local órgão competente para o seu julgamento. 13 - RECURSO Nº 1108/SC/91 Recorrente: Nelson Abdala. Recorrida: Seção do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro MARCELO DE MATTOS BERENDT. Decisão não conhecer do recurso, devolver a Seccional de origem. 14 - RECURSO Nº 1113/SC/91 - recorrente: Luís Claudio Fritzen. Recorrida: Seção do Estado de Santa Catarina. Relator Conselheiro SÉRGIO FERRAZ. Decisão: por unanimidade, em conhecer do recurso e lhe dar provimento para anular o processo apartir do despacho de fls. 105 dos autos originários, nos termos, do voto do relator. 15. RECURSO Nº 1115/SC/91 - Recorrentes: Paulo Cesar Xavier. Recorrida: Seção do estado do Paraná. Relator: Conselheiro JOÃO LUIZ FARIA NETTO. Feito o relatório, sobre a matéria versaram os conselheiros José Adriano Pinto (CE) e Juvenal de Almeida Sena (RO). Decisão: devolver para seccional de origem para que se faça o julgamento, à unanimidade. 16. RECURSO Nº 116/SC/91 - Recorrente: José Carlos Barbosa. Recorrida: Seção do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro ANTONIO HUGEN NUNES. Decisão: suspenso o julgamento, para a devida retificação da secretaria. 17- RECURSO Nº 1118/SC/91 - Recorrente: Jorge Luís Pinheiro. Recorrida: Seção do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro JOSÉ DE ALMEIDA COELHO. Decisão: por unanimidade, em conhecer do recurso por tempestivo e lhe negar provimento, nos termos do voto do relator. Não havendo outros processos para julgamento o Conselheiro ANTONIO HUGEN NUNES, despediu-se como conselheiro e integrante da 2ª. Câmara agradecendo aos colegas Conselheiros e aos funcionários da casa. O Conselheiro EVANDRO LINS E SILVA, pediu a palavra para manifestar a sua satisfação em relação ao reduzido número de processos que hoje se encontra em pauta. O Conselheiro JOSÉ DE ALMEIDA COELHO, solicitou que fosse registrado agradecimentos aos Conselheiros desta Câmara. O Senhor Presidente Doutor MARCELLO LAVENERE MACHADO, em nome da presidência desta Câmara agradece aos eminentes Conselheiros, que durante estes dois anos estiveram conosco, não evidenciando esforços para colocar nossos processos da pauta em dia, acustou muitas vezes de horas longas de julgamentos ultrapassando até mesmo o horário do expediente. certamente ficaremos em pobrecidos pelo afastamento de alguns eminentes Conselheiros, que por força deste rodízio que a corporação deve fazer e é salutar que faça, mas que por outro lado por seu turno nos empobrece e nos entristece, mas também nos anima a continuar na luta, sabendo que, nesse prédio, nas bancadas, nos processos o espírito que esses companheiros tiveram nestes dois anos a energia que trouxeram, o cuidado e o zelo de levar essa Câmara que trata de processos disciplinares com maior cuidado possível, tudo isto constitui um patrimônio histórico, cultural, espiritual à nossa corporação, mesmo com a ausência dos Eminentes Conselheiros, os senhores tenham a certeza que continuaram aqui presentes servindo de estímulos, de fãl; de guia para os novos que aqui chegaram e portanto com nostalgia, saudade que, nós registramos as palavras dos eminentes Conselheiros. E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos os Conselheiros e encerrou a sessão do que para constar, eu Conselheiro JOSÉ DE ALMEIDA COELHO, secretário da Segunda Câmara mandei lavrar a presente ata que, após conferida, vai por mim Presidente assinada, após aprovada pela SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. JOSÉ DE ALMEIDA COELHO - Secretário MARCELLO LAVENERE MACHADO - Presidente da 2ª. Câmara.